



A inclusão e a exclusão da voz das crianças na revista *Veja*

Thaís Helena Furtado¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sophia Maia²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Valentina Bressan³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Partindo do pressuposto de que a criança é um sujeito com autonomia e competência de produzir sentido social sobre a realidade que a rodeia (SARAMAGO, 2001), este artigo tem como objetivo compreender como sua voz é – ou não – incluída no conteúdo jornalístico da *Veja*, revista semanal de maior tiragem no Brasil. Para isso, foram examinadas todas as edições impressas do ano de 2019. Das 52 revistas, oito apresentam a fala de um total de nove crianças. Das citações, três aparecem no modo direto, uma é indireta e cinco são citações que denominamos como híbridas, quando um adulto declara algo que uma criança falou. Seguindo as categorias propostas por Ponte e colaboradores (2009), as temáticas em que a voz das crianças mais aparece são: Risco Social e Comportamento, Culturas e Consumo. Por fim, elas estão representadas como pertencentes a dois grandes grupos: crianças em risco e crianças consumidoras.

¹ Jornalista. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Letras/Análise do Discurso pela UFRGS. Doutora em Ciências da Comunicação pela mesma universidade. Membro do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (NUPEJOR) E-mail: thaisfurtado93@gmail.com.

² Graduanda do curso de Jornalismo da UFRGS e bolsista de Iniciação Científica da FAURGS pelo Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Docentes Recém-contratados pela UFRGS. Sophiamai-ag@outlook.com

³ Graduanda do curso de Jornalismo da UFRGS e bolsista de Iniciação Científica da FAURGS pelo Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Docentes Recém-contratados pela UFRGS. val.bressan@gmail.com

Palavras-chave: infância; criança; revista *Veja*; fontes jornalísticas; jornalismo de revista.

1. A criança como sujeito competente

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla que propõe a reflexão sobre três temáticas: o jornalismo de revista, as fontes e a relação entre infância e jornalismo. No recorte aqui apresentado, nosso objetivo é compreender como a voz da criança é incluída ou excluída no conteúdo jornalístico da revista *Veja*. Mais do que isso, propomos que se pense a criança como uma possível fonte jornalística com autonomia e competência de produzir sentido social sobre a realidade que a rodeia (SARAMAGO, 2001).

Nossas reflexões levam em conta as preocupações expostas pela ANDI- Comunicação e Direitos e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – em relação aos direitos de proteção das crianças. Ou seja, mesmo enxergando a criança como possível fonte para jornalistas, ela deve ser respeitada em seus direitos de proteção. Destacamos, entretanto, que a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), da Organização das Nações Unidas – ratificada pelo Brasil e documento-base do ECA –, defende que a criança, para além de direitos à proteção e à provisão tem também garantias quanto à participação cidadã (FURTADO & DORETTO, 2019). Consideramos crianças, seguindo o ECA, as pessoas com até 12 anos incompletos.

A partir desses entendimentos, cabe pensar sobre como o jornalismo inclui e representa as crianças na contemporaneidade, já que elas hoje formam um grupo de grande importância social. “A infância caracteriza-se por um núcleo próprio de relações intergrupais protagonizadas pelas crianças, capazes de intervir socialmente através da autonomia atribuída pela própria experiência social” (SARAMAGO, 2001, p. 10).

Para compreender melhor a representação das crianças pelo jornalismo, no entanto, é preciso voltar no tempo. A maioria dos estudos que trata do aparecimento da infância no Ocidente toma como ponto de partida os trabalhos de Philippe Ariès. Como primeiro autor a apresentar a infância numa perspectiva histórica, ele diz que a ideia de infância como uma fase diferenciada da adulta é um fenômeno recente. “A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desen-

volvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII” (ARIÈS, 2006, p. 28).

Buckingham (2007) faz a ressalva de que a história da infância que conhecemos é a história das representações. Foi principalmente através delas que Ariès construiu suas teorias. “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÈS, 2006, p. 17). Mas o próprio Ariès fez uma autocrítica de seu trabalho⁴. Para ele, seu maior equívoco foi tentar encontrar a origem absoluta da infância.

Constatar que as crianças não eram representadas artisticamente, como fez Ariès, não garante que a infância não existia, já que dificilmente a história seria contada (e representada) pelas próprias crianças. “Até que ponto podemos ler as representações culturais da infância como reflexos da realidade da vida das crianças?” (BUCKINGHAM, 2007, p. 54). As ponderações de Buckingham nos fazem pensar sobre como a infância é representada hoje.

A arte, a publicidade, programas de entretenimento – como *The Voice Kids*, ou telenovelas – e até mesmo as propagandas políticas já incluem crianças, mesmo que existam controvérsias sobre a forma como isso é feito. Na publicidade, inclusive, há uma forte discussão sobre a regulamentação das propagandas infantis. No jornalismo, entretanto, esse tema pouco é debatido.

A jornalista Eliane Brum (2012) considera o repórter um contador da história contemporânea.

O que a gente faz é um documento, mesmo que seja um documento sobre a nossa incompetência. [...] E sempre pensei assim: o que eu faço está influenciando gente agora e daqui há 50, 100 anos, quando alguém, um pesquisador quiser entender como é essa época, ele vai nos arquivos, hoje, digitais, e vai encontrar a minha matéria. Se fiz mal o meu trabalho, se fui preguiçosa, se fui incompetente, vou dar uma idéia errada para quem estiver tentando entender a minha época. Então essa é a nossa responsabilidade: produzir documento de qualidade, que dê toda a complexidade da história que contamos, o maior número possível de verdades e de nuances (BRUM, 2013, p. 85).

⁴ Essa autocrítica pode ser encontrada no prefácio da segunda edição brasileira de *História social da criança e da família* (2006).

Concordando com a autora, consideramos relevante descobrir se o jornalismo consegue representar a criança da nossa época. “Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público” (LAGE, 2001, p. 49). Ou seja, o jornalista depende das fontes, e a escolha de quem vai ser ouvido é uma das etapas fundamentais da cadeia produtiva do jornalismo. Interessa aqui saber, então, se o jornalismo brasileiro percebe as crianças como fontes e como cidadãs, com direitos sociais e com capacidade de opinar sobre temas que são de seu interesse.

Nesse sentido, a escolha por analisar uma revista se deve ao fato de que ela permite um maior grau de planejamento em relação às suas pautas. É possível escolher com mais tempo e de forma mais criteriosa quem será ouvido. Além disso, pode-se também pensar em pautas mais complexas, o que exige a inclusão de mais vozes. Por esses motivos, as revistas são um formato adequado para incluir também a voz de uma criança. “É normalmente nos meios impressos e, especialmente, nas revistas – por sua periodicidade –, que os jornalistas podem desempenhar essa função de ir mais fundo” (FURTADO, 2013, p. 150).

Veja pertence à Editora Abril e é a revista de maior circulação no país. De acordo com a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER)⁵, a circulação média de *Veja* impressa, entre janeiro e setembro de 2014, foi de 1.167.928 exemplares. A circulação líquida da revista impressa e digital em outubro de 2019, de acordo com a Publiabril, foi de 557.314⁶. A abrangência nacional e a importância dessa publicação na história do país justificam sua escolha como objeto de estudo.

2. Contextualizando as temáticas

Franciscato (2005) afirma que, ao considerarmos o jornalismo como um ato discursivo, reconhecemos que existe uma temporalidade nesse ato. No caso, o tempo presente. A valorização atual da instantaneidade, porém, contribui para que o público identifique acontecimento e relato como algo único. “Compreender a atividade jornalística

⁵ Disponível em <http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>. Acesso em 27 de julho de 2020.

⁶ Disponível em <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>. Acesso em 27 de julho de 2020.

supõe, no entanto, desvencilhar-se deste ponto de vista para reconhecê-la enquanto um processo de produção de sentido” (BERGER, 1996, p. 189).

Estudar o jornalismo de revista – primeira temática desta pesquisa – é uma forma de valorizar o jornalismo que carrega em si uma noção de tempo mais estendida, ou seja, que trata não do instantâneo, mas do contemporâneo. “O sentido sobre o que é ser contemporâneo – e, portanto, sobre o que está ultrapassado e deve ser substituído – está poderosamente inscrito no jornalismo de revista. Ele diz o que importa saber agora e como deve agir, ou se imaginar agindo, o sujeito que está de acordo com o espírito de seu tempo” (BENETTI, 2013, p. 46).

A partir dessa perspectiva, o jornalismo de revista trata do saber da época em que está sendo produzido: como vivem as pessoas, o que pensam, o que valorizam, enfim, como se caracteriza a atualidade e os sujeitos que nela vivem. Nesse sentido, as escolhas que um jornalista de revista faz irão determinar como ele apresentará ao seu leitor a contemporaneidade, materializando essas escolhas como documento de uma época. Aqui, interessa especialmente a escolha das fontes – a segunda temática desta pesquisa.

Entre as doze finalidades do jornalismo definidas por Reginato (2019), está a de esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. “O jornalismo deve mostrar ao leitor como o mundo funciona em toda a sua complexidade, diversidade e pluralidade [...]” (REGINATO, 2019, p. 240). Por isso precisa incluir perspectivas de diferentes grupos sociais, em nossa opinião, incluindo as crianças. Entretanto, a rotina jornalística que privilegia o imediato fez com que os repórteres, para facilitar sua atividade, optassem por usar cada vez mais vozes oficiais. E as fontes também acabam sendo responsáveis pela definição de quais acontecimentos serão conhecidos pelo público. “Se não fossem os interessados em que algo seja publicado, muitas notícias não apareceriam nunca” (GOMIS, 2004, p. 102).

Assim, é possível refletir sobre a terceira temática proposta: a relação do jornalismo com a infância e, especialmente, a criança como fonte. É evidente que as crianças não estão organizadas para demonstrar seus interesses enquanto fontes de informação. Nesse caso, elas dependem da sensibilidade dos jornalistas (adultos) para serem incluí-

das. Malho, Pato e Tomé (2009, p. 165) demonstram preocupação com esse tema no jornalismo praticado em Portugal:

[...] embora notória essa preocupação com a criança, encarada como sujeito de direito, essa sensibilidade escasseia na cobertura jornalística de matérias que lhes dizem directamente respeito ou mesmo na produção de noticiário que lhe seja especialmente dirigido. [...] A criança não é ouvida de forma efectiva, correcta, muitas vezes a sua imagem não é respeitada e seus direitos (criança-cidadão, criança como actor social) são esquecidos.

Quanto mais concentradas forem as apurações jornalísticas nas mesmas fontes, menos chances de vozes de grupos como o das crianças serem incluídas. Principalmente porque as temáticas que envolvem as rotinas e os direitos das crianças normalmente são tratadas por fontes oficiais. Isso acontece não só em função da facilidade que essas fontes oferecem aos jornalistas, mas também porque “[...] a falta de domínio dos profissionais sobre os temas e os actores sociais que fazem parte desta área temática não os permite identificar fontes outras que não aquelas já inseridas nas rotinas das redações” (GUERRA, 2004, p. 4).

Bujes (2012) destaca também que o papel de autoridade na modernidade clássica sobre os temas sociais desempenhado pelos intelectuais (filósofos, pensadores) aos poucos foi sendo substituído pelos *experts*. A mídia passou a dar voz aos especialistas. Especialmente em relação à infância, são convidados a falar adultos socialmente considerados responsáveis pelas crianças: pedagogos, médicos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. “[...] a eles se delega a produção da solução mais adequada para fazer frente às necessidades infantis [...]” (BUJES, 2012, p. 73). Além das fontes oficiais e dos *experts*, os pais, ou outros adultos responsáveis pela criança, falam em nome dela, às vezes sem ao menos consultá-la.

Marôpo (2009), ao estudar as coberturas jornalísticas portuguesas, percebeu que as crianças são ouvidas mais no campo dos problemas individuais. Raramente falam sobre questões coletivas, como se não tivessem condições de refletir sobre problemas mais amplos que lhes dizem respeito. Dessa forma, não ficam em condições de igualdade em relação a outras fontes. “São vozes utilizadas para ilustrar, com informações ‘curiosas’ e ‘simpáticas’ ou para ‘colorir’ o texto” (MARÔPO, 2009, p. 155). A criança ocupa, então, um lugar de entretenimento nas narrativas jornalísticas que a distancia do espaço fundamental que o jornalismo deve ocupar na sociedade. “A diversão pode até

ser uma *apropriação* que a audiência faz do jornalismo, mas não é uma finalidade *a priori*, não é para isso que o jornalista deve selecionar as pautas, apurá-las e buscar qualificar uma informação (REGINATO, 2019, p. 244, grifos da autora). Nem, portanto, deve ser para isso que o jornalismo deve selecionar uma fonte.

Marôpo (2015) ainda levanta outro problema que, em parte, também explica a ausência de meninos e meninas do discurso jornalístico: os jornalistas não se sentem preparados para entrevistar crianças, nem sabem em quais circunstâncias devem ouvi-las. Cohn (2009) diz que ainda existe a tendência de os adultos tratarem as crianças como se elas soubessem menos, enquanto, em sua opinião, elas sabem outras coisas: “Precisamos nos fazer capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista” (COHN, 2009, p. 8). Para pensarmos, então, no jornalismo produzido no Brasil e verificarmos como as crianças estão sendo incluídas ou excluídas, apresentamos, a seguir, a análise de *Veja* e os resultados de nossa pesquisa.

3. A voz das crianças na revista *Veja*

Para verificar a presença da voz das crianças em *Veja*, analisamos todo o conteúdo jornalístico das 52 revistas impressas do ano de 2019. Apenas em oito edições (15%) havia a presença da voz de uma criança, somando um total de nove crianças. Em uma edição, há duas matérias em que aparece a voz de uma criança. Cabe frisar que incluímos qualquer tipo de texto jornalístico na análise, desde pequenas notas até grandes reportagens.

O primeiro olhar que demos às citações foi em relação ao modo como elas apareciam na revista. Se a fala da criança estava entre aspas e era reproduzida, teoricamente, da exata maneira como a criança falou para o repórter, consideramos a citação como discurso direto. Quando a fala não estava entre aspas e, teoricamente, não havia a descrição exata do que a criança falou, consideramos a citação como discurso indireto. Como não houve a presença da voz da mesma criança em discurso direto e indireto num mesmo texto e como há diferentes tamanhos de citações, achamos mais adequado considerar cada criança como correspondente a uma citação. Isso independente do número de frases da criança. Há, por exemplo, uma nota da editoria *Gente* (Figura 1) com quatro pequenas citações diretas de uma mesma criança, a atriz do filme *Turma da Mônica* -

Laços. Como é a voz de uma única fonte criança, contamos apenas como uma citação, no caso, direta.

Figura 1: Editoria *Gente*, da revista *Veja*, com nota com a voz de uma criança



Fonte: *Veja*, edição 2637, de 2019.

Da mesma forma, há um *box* (Figura 2) que ocupa dois terços de página com o depoimento em primeira pessoa, exclusivo para a revista, de uma menina síria, de 9 anos, sobre a guerra em Aleppo. O *box* faz parte de uma reportagem de quatro páginas, mas como tem a voz de apenas uma fonte criança, também consideramos como sendo uma citação, também direta.

Figura 2: Reportagem com *box* com depoimento de uma criança



Fonte: *Veja*, edição 2635, de 2019

É difícil quantificar a presença de uma fonte em um texto jornalístico, mas, caso tivéssemos contado cada citação propriamente dita das crianças, a nota de *Gente*, com poucas frases curtas da atriz Giulia Benite, representaria quatro citações e o grande depoimento da menina síria Bana Al-Abed representaria apenas uma citação. Por isso, nossa opção foi fazer a contagem por criança e não citação.

Ao analisarmos as citações das crianças, percebemos que existia um terceiro modo de discurso. Na língua portuguesa, existe o discurso indireto livre, quando há a junção dos discursos direto e indireto e a fala do narrador e do personagem não têm uma separação clara. Entretanto, preferimos, pelo objetivo da pesquisa, não adotar essa denominação, mas chamar esse terceiro modo identificado de discurso híbrido. Ele aparece em *Veja* quando um adulto declara algo que a criança falou. A citação da criança pode estar entre aspas ou não, mas fica claro no texto que a declaração não foi feita diretamente pela criança para o jornalista.

Como poderá ser visto mais adiante, existem diferentes motivos para que a declaração não tenha sido feita diretamente pela criança, mas consideramos importante sublinhar esse modo de discurso, pois ele indica que a criança não foi escolhida como fonte. Além disso, ele reafirma o que outros pesquisadores têm constatado: muitas vezes os adultos é que são convidados a falar pela criança. Considerando as nove citações encontradas, três (33%) são diretas, uma (11%) é indireta e cinco (56%) são as que denominamos como híbridas. Ou seja, em mais de metade das ocorrências, um adulto falou pela criança.

Nosso segundo movimento de análise foi verificar em quais tipos de textos jornalísticos que a voz dessas nove crianças aparecia. Seis citações (66,6%) foram encontradas em reportagens. Considerando o jornalismo como um discurso com características próprias que se apresenta em diferentes formas discursivas, parece lógico que as crianças tenham sido mais incluídas em reportagens do que em outras formas discursivas jornalísticas. A reportagem, por seu aprofundamento, é o tipo de texto que mais possibilita a inclusão de várias e diversificadas fontes. “A reportagem, na qualidade de forma discursiva, tende a afastar o fato do relato, potencializando o *status* do jornalista

como alguém que interpreta o mundo e o constrói simultaneamente” (FURTADO, 2013, p. 150). Portanto, na reportagem, o jornalista tem um afastamento temporal do acontecimento que propicia mais escolhas, inclusive de fontes. Entretanto, em três (50%) das reportagens, as citações das crianças aparecem no modo híbrido. Sendo assim, em metade das reportagens são os adultos que falam em nome da criança. Elas não foram efetivamente escolhidas como fontes.

Em relação aos outros três textos que incluem a voz de uma criança, um é a nota de *Gente* já citada, outro é uma entrevista, na edição 2628, com uma professora e a última está na seção *Veja Essa* da edição 2656, na qual a revista destaca algumas frases que foram ditas por alguém normalmente célebre naquela semana. Nesse último caso, não era uma frase de criança que estava em destaque. Ela fazia parte do comentário sobre uma declaração do primeiro ministro do Canadá, como segue: “‘Não deveria ter feito aquilo, porque machuquei pessoas.’ Justin Trudeau, primeiro-ministro do Canadá, interpelado por duas meninas gêmeas negras, em um programa de TV, sobre ter se pintado de marrom no passado. Elas insistiram: ‘Pintou também o nariz e as mãos?’. Ele disse que sim.”

Por fim, consideramos importante saber em quais temáticas as vozes das crianças foram incluídas. Para isso, utilizamos as seis categorias definidas pelo *Projecto Crianças e Jovens em Notícia*, uma pesquisa longitudinal desenvolvida em Portugal com intervalos de cinco anos, de 1970 a 2005 (PONTE & AFONSO, 2009). A proposta desse projeto era analisar a noticiabilidade das crianças na imprensa de informação geral em jornais daquele país. As seis categorias temáticas definidas para a pesquisa de 2005 foram: 1) Risco Social; 2) Educação; 3) Saúde, Assistência, População; 4) Comportamentos, Culturas e Consumos; 5) Prevenção e Segurança; 6) Insólitos e *Faits-Divers*.

Dos nove textos de *Veja* que analisamos, quatro se enquadram na categoria temática Risco Social, definida da seguinte forma: “matérias que referem situações em que se verifica uma ameaça ou violação dos direitos da criança ou jovem colocando em causa a sua segurança, educação, formação ou desenvolvimento” (PONTE & AFONSO, 2009, p. 32). Duas são reportagens que tratam da morte de crianças. Uma delas, com o título “A lição de Ágatha”, com seis páginas, tem como pauta o assassinato de Ágatha Vitória Sales Félix – o sobrenome não aparece na reportagem –, de oito anos, no Rio de

Janeiro. A matéria critica a política de segurança do governador do Rio, Wilson Witzel, e apresenta projetos sociais direcionados a crianças e jovens em diferentes cidades para prevenir a violência.

A frase, da própria Ágatha, aparece em uma fala de sua mãe e por isso é híbrida: “Uma vez ela me disse: ‘Mãe, pede para eles pararem de atirar na gente’”. A reportagem explica que a menina fez esse pedido durante uma entre várias operações policiais realizadas no Complexo do Alemão, onde morava. Ágatha foi morta por uma bala perdida durante uma dessas operações. A mesma frase da menina aparece na legenda de sua foto na abertura da matéria (Figura3).

Figura 3: Abertura da reportagem sobre a morte de Ágatha Vitória Sales Félix



Fonte: *Veja*, edição 2654, de 2019

A outra reportagem que trata da morte de uma criança, com o título “Um júri na era do viral”, é sobre o julgamento dos assassinos do menino gaúcho Bernardo Boldrini, de 11 anos. O foco nas quatro páginas na edição 2627 é a transmissão ao vivo do julgamento, que durou cinco dias, e foi comparado pela revista a um *reality show*. A citação encontrada é também do próprio menino e, portanto, híbrida: “Me dá um bife?”, pediu em certa ocasião a uma vizinha”. Essa declaração está incluída na descrição que a revista faz da vida do menino, que era maltratado em casa pelo pai e pela madrasta.

Chama atenção a presença da voz de duas crianças assassinadas. No caso da reportagem sobre Ágatha, são mostradas várias atividades extracurriculares criadas em

comunidades de forma preventiva à violência. A própria Ágatha é citada como uma menina que adorava as aulas de balé, xadrez e inglês. No entanto, não há a voz de nenhuma criança que participe dessas atividades.

É muito raro ver nos *media mainstream* a exploração de assuntos sociais ou políticos do ponto de vista das crianças – tanto em termos de como as crianças os percebem e entendem, como em termos de como esses assuntos influenciam a vida das crianças. Por vezes, as crianças são mal representadas mas, na maior parte das vezes, nem sequer são representadas de todo. (BUCKINGHAM, 2009, p. 21-22)

A matéria sobre Bernardo Boldrini cita o fato de o menino ter pedido ajuda no mesmo fórum onde aconteceu o julgamento, por sofrer, nas palavras da reportagem, “tortura e desamor”. Mesmo que não fique explícito, há um tom de crítica ao fórum que não lhe ouviu quando ainda estava vivo. No entanto, pelos números que encontramos, a própria revista não costuma dar ouvidos às crianças em assuntos que lhe dizem respeito.

A terceira reportagem que se enquadra na temática Risco Social tem quatro páginas e é intitulada “Uma geração sem infância”, já citada por conter o *box* com o depoimento em primeira pessoa da menina Bana Al-Abed, que viveu a guerra de Aleppo. O título do *box* é uma declaração dela entre aspas: “Podemos parar uma guerra”. A matéria trata principalmente da questão dos filhos de estrangeiras que aderiram ao Estado Islâmico.

Por fim, o quarto texto que se enquadra na temática Risco Social – por tratar do tema racismo – é o também já citado comentário sobre a atitude do primeiro ministro canadense. Ela aparece no modo híbrido, e as meninas sequer têm seus nomes citados. Percebemos, então, que dos quatro textos que estão nesta categoria, apenas a reportagem sobre a guerra apresenta a citação – com destaque – de uma criança em discurso direto.

A categoria que aparece em segundo lugar é a de Comportamento, Cultura e Consumos, com três citações de crianças: “[...] este tema incide sobre o protagonismo de crianças e jovens nas notícias, enquanto sujeitos com comportamentos, culturas, estilos de vida e interesses de crianças e jovens, incluindo uma atenção a produtos e produções que lhes são especialmente destinados (PONTE & AFONSO, 2009, p. 33).

Além da nota já citada sobre a atriz que interpreta a personagem Mônica, estão enquadradas nesta categoria duas reportagens. A primeira, com quase duas páginas na

edição 2615, tem como título “Estica, amassa e aperta” e tem como foco o *slime* (espécie de massa gelatinosa) que, de acordo a reportagem, “virou febre entre as crianças (e os adultos) do Brasil”. A reportagem dá ênfase ao hábito de fazer o *slime* em casa e diz que sua fabricação tem sido estimulada em terapias infantis. Mas há também uma abordagem econômica, dizendo que os kits para criar o brinquedo chegam a 500 reais. A voz da criança aparece no modo direto: “Levo para a escola, a casa dos meus avós, a casa dos amigos e o clube’, diz”. A frase é de Luiza de Maria Lutarelli, de oito anos, que tem também uma foto na abertura da reportagem.

A segunda reportagem ocupa duas páginas da edição 2619 e tem como título “Mantenha distância”. Ela aborda as danças que aparecem em *games* e que estão sendo reproduzidas pelas crianças. A citação aparece no modo indireto: “Questionado pelo pai, o fotógrafo Gabriel Esteves, Gael explicou que a coreografia, reproduzida por todos os colegas no recreio da escola, vinha de um *game* que ele jamais jogou, por ser dirigido a meninos mais velhos”. Gael tem 6 anos. A reportagem tem uma abordagem comportamental, mas também econômica, citando os valores da compra dos avatares que fazem as danças nos jogos e dos direitos autorais dos criadores das coreografias.

Percebemos que as citações das crianças nessas duas reportagens ocupam a função de preencher o texto com uma curiosidade. Se não estivessem ali, não fariam grande diferença, pois as crianças não são convidadas a dar a sua opinião ou a comentar de forma mais efetiva os comportamentos abordados. No caso da nota de *Gente*, há quatro citações diretas da atriz Giulia Benite. São elas: “Foi o próprio Maurício de Souza, criador da Mônica, quem anunciou os atores selecionados”; “Até então eu nunca tinha atuado em filme, novela e comercial”; “A minha escola sempre me deu gibis para aprendermos palavras novas”; e “Quero ser atriz para o resto da vida”. Nesse caso, a menina é destacada por fazer algo excepcional: ter vencido uma disputa entre 7500 crianças pelo papel. “[...] raramente vemos imagens de crianças normais, que não são sensacionais, que não têm um qualquer papel sentimental nas narrativas dos adultos sobre a inocência ou a sua corrupção” (BUCKINGHAM, 2009, p. 21).

Por fim, há uma entrevista que se enquadra na categoria temática Educação e uma reportagem, na categoria Saúde, Assistência, População, ambas na edição 2628. A entrevista de duas páginas com a professora paulista Débora Garofaro tem como título



“A escola não pode ser uma ilha”. A docente utiliza lixo da favela para aula de robótica e foi uma das 10 finalistas do prêmio *Global Teacher Prize*. Na primeira resposta, sobre se sofreu resistências para aplicar seu projeto, ela responde: “Sim, e a primeira veio das crianças. Queriam ficar no conforto da sala da informática, na rede social, e não sair para se meter no lixo. Diziam: ‘A gente já vive no meio dele. Fazer o que ali?’”. A citação é híbrida por ser dita por uma adulta e, no caso, ela é genérica e não de uma criança específica.

A reportagem que se enquadra na categoria Saúde, Assistência, População tem duas páginas e o título “A morte para criança”. Essa categoria engloba “[...] as áreas sociais da Saúde e Assistência à Infância, e as suas políticas, bem como questões demográficas directamente relacionadas com crianças e jovens” (PONTE & AFONSO, 2009, p. 33). O texto trata de dois novos documentos científicos que dão orientações sobre como falar sobre a morte com os pequenos. A reportagem tem um *box*, intitulado “Três vidas”, que conta a história de uma menina de sete anos, do Rio de Janeiro, que foi diagnosticada com um câncer raro e agressivo e morreu. É no *box* que aparece a citação, no modo híbrido, dessa menina, identificada como P.:

Com o passar do tempo e o avanço do câncer, desabafou para a profissional que a acompanhava: ‘Estou dando muito trabalho para os meus pais. Eles ficam me tirando e me colocando na cadeira de rodas o tempo todo. Eles falam que quando eu ficar velhinha vou poder fazer por eles tudo o que eles estão agora fazendo comigo. É mentira! Eu não vou ficar velhinha’ (VEJA, Edição 2628, 2019, p. 88).

Neste caso, é uma *expert* – profissional da saúde – que traz a voz da menina. Portanto, das nove crianças que têm suas vozes presentes na revista *Veja* em 2019, três estavam mortas. Não encontramos nenhum texto que se enquadrasse nas categorias temáticas Prevenção e Segurança e Insólitos e *Fait Divers*. Entretanto, cabe comentar que fizemos os enquadramentos levando em conta a temática mais preponderante em cada texto, sabendo que alguns deles conversam com outras categorias. A entrevista com a professora, por exemplo, trata de Educação, mas fala também da pobreza, por isso apresenta um interdiscurso com a temática Risco Social. Já a reportagem sobre a menina Ágatha trata também do tema Educação, por falar de diferentes atividades oferecidas para crianças em comunidades.

4. Considerações finais

Este artigo tinha como objetivo compreender como a voz da criança é incluída ou excluída no conteúdo jornalístico da revista *Veja*. Além disso, interessava saber se o jornalismo brasileiro, representado pela revista semanal de maior tiragem no Brasil, percebe as crianças como fontes e como cidadãos, com direitos sociais e com capacidade de opinar sobre temas que são de seu interesse. Em primeiro lugar, verificamos que a presença da voz da criança na revista é muito pequena. Apareceu apenas em oito (15%) das 52 edições, em nove textos. Isso indica que a criança ainda não é vista pela revista como uma fonte igual às outras e, portanto, as crianças como grupo podem ser consideradas excluídas, principalmente em relação a temáticas que lhes dizem respeito.

Além disso, percebemos que cinco citações (56%) são as que denominamos como híbridas, sendo que uma – a da entrevista com a professora – sequer é de uma criança específica, mas sim uma fala genérica, representando todos os alunos da entrevistada. Nesse sentido, poucas vezes a criança é percebida como uma fonte com capacidade de opinar sobre o tema tratado, sendo necessário que adultos falem por ela.

Também chamou atenção o fato de três crianças já não estarem vivas, sendo que suas mortes foram justamente o motivo das reportagens terem sido feitas. As problemáticas mais amplas que envolvem as pautas com essas três crianças – violência, prevenção, educação, saúde etc – poderiam ser abordadas com a inclusão da voz de meninos e meninas.

Por fim, utilizamos categorias criadas por Ponte (2009) e colaboradores para compreender em quais temáticas as falas de crianças se enquadravam. Quatro delas foram enquadradas na categoria Risco Social e três, em Comportamento, Culturas e Consumos. Esses achados se aproximam da forma como a representação das crianças tem sido percebida em outros estudos.

No caso do recorte que fizemos neste artigo, as crianças que têm suas vozes presentes podem ser divididas em dois grandes grupos: crianças em risco e crianças

consumidoras. No primeiro grupo estão as três crianças mortas, os alunos da professora que moram na favela, a menina que vivenciou a guerra e as que tratam de racismo com o primeiro ministro canadense. No outro grupo, menor, estão a criança que brinca de *slime*, a que reproduz as coreografias dos *games* e a menina, que se torna célebre e faz parte de um filme que será consumido por outras crianças. Não há a inclusão das crianças nas discussões dos temas tratados.

A única que aparece como uma fonte com capacidade de opinar sobre uma problemática que faz parte da sua vida é a menina síria, que acabou sendo conhecida por um esforço individual seu. Em seu depoimento à revista, ela conta o que fez quando viu a casa de sua amiga ser bombardeada: “[...] eu corri, corri muito para tentar fazer alguma coisa, mas meus pais me seguraram. Pensei: o mundo precisa saber o que está ocorrendo em Aleppo, nesse inferno da Síria, e fiz o que uma criança pode fazer. Comecei a tuitar”.

O que a menina Bana Al-Abed fez foi representar a si mesma – e certamente a outras crianças –, tarefa que deveria ser também do jornalismo. Buckingham (2009, p. 16) propõe: “Devemos questionar-nos a respeito do que as crianças deveriam esperar dos *media* – os seus direitos, não apenas como futuros membros da sociedade, como futuros cidadãos, mas como membros da sociedade, como cidadãos já no presente”. Só assim o jornalismo poderá produzir conteúdos que realmente representem as crianças da contemporaneidade.

Referências

- ARIÈS, P.. **História social da criança e da família** 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BENETTI, M. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, F. & SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- BRUM, E. Eu sou uma escutadeira. In: MAROCCO, Beatriz. **O jornalista e a prática: entrevistas**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.
- BUCKINGHAM, D. Os direitos das crianças para os media. In: PONTE, C. (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

_____. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2007.

BUJES, M. I. E. Resgate da infância: uma questão para a propaganda?. In: DORNELLES, L. V.; BUJES, M. I. E. (org.). **Educação e infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS e Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FURTADO, T. H. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, F. & SCHWAAB, R. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FURTADO, T. H. & DORETTO, J. O menino negro da foto: a produção de sentidos nos comentários dos leitores do El País. In: **Braz. journal. res.**. Vol. 15. N. 1. p. 152-179. Brasília, DF: 2019.

GOMIS, L. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, nº 1, p.102-116, 2º sem. 2004.

GUERRA, J. L.. **Fontes de informação na cobertura dos temas ligados à infância e adolescência**. Porto Alegre: Anais do Intercom, 2004.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MALHO, M. J., PATO, I.; TOMÉ, V. Vozes de crianças: estudos exploratórios. In: PONTE, Cristina (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

MARÔPO, L. Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão do jornalismo. **Vozes e diálogos**. Volume 14, n.02. Itajaí: Univali, jul./dez. 2015.

_____. Fontes de informação e direitos da infância na cobertura jornalística portuguesa. In: PONTE, C. (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

PONTE, C. (org.). **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

PONTE, C. & AFONSO, B. Crianças e jovens em notícia: análise da cobertura jornalística em 2005. In: PONTE, C. (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

REGINATO, G. D. As finalidades do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

SARAMAGO, S. Metodologias de pesquisa empírica com crianças. **Sociologia, problemas e práticas**. Nº 35. p. 9-29. Oeiras: Celta Editora, 2001.